

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## A INCONSTITUCIONALIDADE DO ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Rayssa Carolina Matos De Assis  
Marcelo Queiroz Alves De Oliveira  
Flávia Rodrigues Cantagalli  
Maria Fernanda Soares Couto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A saúde pública é de extrema importância para preservar o bem-estar físico e mental de toda Nação. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde, é um serviço gratuito que em regra atende a toda a população brasileira, independentemente de nacionalidade, condição socioeconômica ou outros fatores.

No Brasil existem diversos fatores que dificultam o acesso à saúde, principalmente pela população de baixa renda. Esses fatores estão ligados a desigualdades na oferta de serviços, escassez de recursos e mão de obra e falhas na comunicação entre os entes federativos. Acarretando longas filas de espera para atendimento, dificuldades no tratamento e falta de ações que foquem na prevenção da saúde.

O art. 197 da Constituição Federal de 1988 nos diz que as ações e serviços de saúde, são de relevância pública e cabendo ao poder público regulamentar, fiscalizar e controlar. Assim, o Estado deveria assegurar que esse acesso à saúde esteja sendo cumprido.

### Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo principal, demonstrar como o acesso à saúde nem sempre é acessível para todos os brasileiros, analisando a constitucionalidade desse direito fundamental, apontando os principais desafios que estão sendo enfrentados pela população e analisando o papel do Estado em relação a esta escassez.

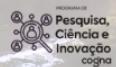
### Material e Métodos

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), um estudo realizado em 2013 e 2019, mostrou que 3,8% e 7,5% da população relataram necessidades que não foram atendidas referente aos serviços de saúde e medicamentos. Um

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



outro estudo, mostra que oito em cada dez pessoas declararam ter acesso a algum serviço de saúde de uso regular. O dado poderia ser considerado positivo, porém segundo a mesma pesquisa, isso significa que cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a nenhum serviço de saúde de uso regular.

Deste modo, as necessidades não atendidas estão concentradas de forma desproporcional entre a população de menor renda. Assim, se percebe que existe uma necessidade de maiores investimentos em gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos para fortalecer o acolhimento no SUS, o que ajudaria a resolver parte do problema, tendo em vista que existe uma superlotação nos hospitais, filas de esperas muito longas, falta de leitos e verba financeira muito escassa.

## Resultados e Discussão

Incessantemente temos enfrentado dificuldades para o acesso à saúde como, a falta de leitos, verbas escassas, longas filas de espera (muitas pessoas vêm a óbito no período de espera), superlotação de hospitais, gestão totalmente ineficaz, desigualdade na distribuição de médicos além do despreparo profissional.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 196 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Infelizmente, o Estado tem se tornado cada vez mais inerte na resolução de conflitos relacionados à saúde, que se encontra a cada dia mais abarrotada e que na prática conseguimos perceber veementemente o quanto as pessoas sofrem para receber o atendimento adequado.

A falta de atenção básica para proporcionar uma saúde justa e acessível a todos faz com que seja um dos principais empecilhos para a melhoria, tendo em vista a falta de proceder em conjunto atos de gestão de forma eficaz e organizada no sistema, o que requer um olhar amplo, crítico e propositivo.

## Conclusão

Portanto, se as políticas públicas investissem em redes de atenção à saúde, consequentemente promoveria a facilitação do acesso e sustentabilidade, tendo em vista que toma como dimensões as questões políticas, econômico-sociais, técnicas, organizativas e simbólicas gerando um maior aproveitamento dos cidadãos dotados de direitos fundamentais que são garantidos pela Constituição Federal de 1988.

## Referências

<https://telemedicinamorsch.com.br/blog/saude-publica-no-brasil>

<https://www.scielo.br/j/csc/a/QLYL8v4VLzqP6s5fpR8mLgP/>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-dificuldade-de-acesso-no-sistema-de-saude-brasileiro-uma-analise-juridica/224318569#:~:text=Um%20dos%20principais%20problemas%20%C3%A9,como%20hipertens%C3%A3o%2C%20diabetes%20e%20asma.>

<https://www.scielo.br/j/csc/a/X7GmB9B7T3hbXmqgCXZgKs/>

<https://pt.linkedin.com/pulse/como-est%C3%A1-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-brasil-e-o-que-fazer-para-melhorar-morsch>

<https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>

<https://telemedicinamorsch.com.br/blog/saude-publica-no-brasil#:~:text=Principalmente%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20desigualdades,e%20aten%C3%A7%C3%A3o%20prim%C3%A1ria%20%C3%A0sa%C3%BAde.>

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



<https://ieps.org.br/populacao-de-menor-renda-e-a-mais-afetada-pela-falta-de-acesso-a-medicamentos-e-aos-servicos-de-saude/>

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/257177-pesquisa-do-ibge-revela-brasileiro-vai-mal-de-saude-mas-acredita-que-e-saudavel/>